

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

Projeto de Lei nº 99/2021

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 3557, de 24.09.18, que autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros às "Associações de Pais e Mestres" das escolas da rede pública municipal de ensino, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e o Centro de Atendimento Especializado (CAE), por meio de Termo de Colaboração, e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 99/2021, de autoria do Poder Executivo Municipal, cujo objeto é alterar dispositivos da Lei nº 3557, de 24.09.18, que autoriza o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros às "Associações de Pais e Mestres" das escolas da rede pública municipal de ensino, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e o Centro de Atendimento Especializado (CAE), por meio de Termo de Colaboração.

Com relação a competência desta Comissão, nosso Regimento Interno diz que;

Art. 49 - A análise das proposições compete:

II - à Comissão de Economia, Finanças e Orçamento quanto aos aspectos econômicos, financeiros, especialmente em: a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública e outras matérias, que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município ou que ainda repercutam no Patrimônio Municipal;

Em análise ao Projeto, o mesmo pretende dar nova redação aos §§1º e 2º do artigo 2º da Lei nº 3557/2018 para constar que a partir do ano de 2022, um valor per capita de R\$ 110,00 (cento e dez reais), para matrículas de período parcial, com acréscimo de R\$ 50, 00 (cinquenta reais) em casos de matrículas de período integral e de atividade complementar, bem como fixar um valor máximo de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) anual por APM, conforme disponibilidade orçamentária.

**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Em sua justificativa, o Prefeito expõem que:

*"Considerando a diminuição do poder de compra motivada pela elevação contínua dos preços se faz necessária a correção dos valores repassados às Escolas Municipais, C.M.E.I's e CAE a partir do ano de 2022, garantindo assim, o poder de compra e bom funcionamento das referidas instituições. Para o referido reajuste sugere-se o valor Per Capta de R\$ 110,00 (Cento e dez reais), mantendo-se o valor complementar de R\$ 50,00 (Cinquenta reais) para matrículas em período integral e de atividade complementar e fixa um valor máximo anual de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)."*

Atualmente, a norma que pretende-se modificação define um valor per capita de R\$ 90,00 (noventa reais), fixado um valor máximo de até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) anual por APM, conforme disponibilidade orçamentária.

Sobre o tema nossa Lei Orgânica diz que:

Art. 6º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local

Art. 61 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 69 - Ao Prefeito compete:

(...)

II - exercer a direção superior da administração pública municipal;

(...)

Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar a todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

(...)

Art. 155 -O Município zelarà, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

Nossa Constituição Federal em seu artigo 205 diz que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas Econômicas, de acordo com nossa legislação de regência, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Douto Plenário desta Casa de Leis.

Lapa, 06 de dezembro de 2021.

Arthur Bastian Vidal  
Presidente

Oswaldo Benedito Camargo  
Membro

Brenda Ferrari da Silva  
Membro

Câmara Municipal da Lapa - PR



PROTOCOLO GERAL 2730/2021  
Data: 07/12/2021 - Horário: 13:39  
Administrativo

ANEXE-SC AO  
PROJETO  
07/12/21

GUSTAVO DAOU  
Vereador Presidente